



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

05/12/2014 ATÉ 05/12/2014



INDÍCE

1	BLOG DO DJALMA RODRIGUES	
	1.1 VARA DA MULHER.....	1
2	BLOG GILBERTO LEDA	
	2.1 AÇÕES CORREGEDORIA.....	2
3	IMIRANTE.COM	
	3.1 DESEMBARGADOR.....	3 4
	3.2 VARA CRIMINAL.....	5 6
4	O IMPARCIAL ONLINE	
	4.1 FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	7
	4.2 PLANTÃO NO TJMA.....	8
5	SINDJUS	
	5.1 SINDJUS.....	9 10
6	SITE G1	
	6.1 DECISÕES.....	11
7	SITE IDIFUSORA	
	7.1 JUÍZES.....	12
8	SITE JUSBRASIL	
	8.1 CURSOS.....	13 14 15 16
	8.2 DESEMBARGADOR.....	17
	8.3 JUÍZES.....	18 19 20
	8.4 PLANTÃO NO TJMA.....	21 22
	8.5 SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	23 24
	8.6 SINDJUS.....	25
	8.7 VARA DA MULHER.....	26 27
9	SITE O QUARTO PODER	
	9.1 VARA CRIMINAL.....	28

TJ promove Caminhada pelo fim da violência contra as mulheres neste sábado

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER-TJMA) promoverá, no sábado (6), às 16 horas, caminhada para chamar a atenção da comunidade sobre os índices e ações desenvolvidas pelo fim da violência contra as mulheres. A concentração dos participantes será feita no Parque Infantil da Avenida Litorânea. O evento é aberto ao público.

O evento acontece no Dia Internacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres e integra a campanha mundial "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher" - realizada, em mais de 150 países, de 25 de novembro a 10 de dezembro, para promover o debate e a divulgação do tema.

"O objetivo é sensibilizar toda a comunidade para esse fenômeno tão cruel, assustador e crescente que está atingindo as mulheres. É um fenômeno mundial", aponta a presidente da coordenadoria, desembargadora Angela Salazar.

A programação incorpora datas importantes na luta pela não violência contra as mulheres e a defesa dos direitos humanos e será encerrada no dia 10 de dezembro, quando se comemora o Dia Internacional dos Direitos Humanos, com palestra sobre o tema, em canteiros de obras e no Sindicato dos Vigilantes.

Desde que se iniciaram as atividades, a CEMULHER está realizando palestras educativas sobre a Lei Maria da Penha, em escolas, empresas e canteiros de obras da construção civil, direcionadas ao público masculino.

Além das palestras, houve a exibição do filme "A Fonte das Mulheres", no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), bate-papo com o juiz Nelson Rêgo e assessores da coordenadoria.

"Natal Solidário" é destaque em Pedreiras

Com o objetivo de arrecadar brinquedos para as crianças matriculadas em Creches e Jardins de Infância dos três municípios integrantes da comarca, o Judiciário em Pedreiras lançou a campanha "Natal Solidário". Os brinquedos arrecadados serão distribuídos nos municípios de Pedreiras, Lima Campos e Trizidela do Vale.

De acordo com o juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca, titular da 1ª Vara e diretor do fórum, a iniciativa partiu da necessidade de unir esforços entre o Poder Judiciário e a comunidade local, promovendo uma ação social em favor das crianças com faixa etária de 03 a 05 anos de idade, que estudam nos bairros mais carentes dos municípios que compõem a comarca.

"A ação nas escolas compreenderá a entrega dos brinquedos arrecadados e a realização de recreação com as crianças, com a presença de Papai Noel, palhaços e outros personagens infantis, "pula-pula", e distribuição de lanches às crianças", explica Marco Adriano.

A meta da campanha é arrecadar, no mínimo, 500 (quinhentos) kits de brinquedos, sendo 250 masculinos e 250 femininos, que serão entregues nas seguintes escolas: Jardim de Infância "Professor José de Ribamar Oliveira", situado na Rua Raimundo Rodrigues, Vila das Palmeiras, Pedreiras; Complexo Messias Rodrigues, situado na Rua São Joaquim, Baixada, Trizidela do Vale Jardim de Infância Maria Sá, situado na Rua Joca Mota, Centro, Lima Campos;

Na ocasião da entrega dos brinquedos será realizada, ainda, programação com recreação infantil, papai noel, palhaços, cama-elástica e lanche para as crianças participantes. O encerramento da campanha será programado para o dia 20 de dezembro, às 16:30 horas, no Estádio Pilizão, em Pedreiras, aberto para o público em geral, com a realização de show infantil e sorteio de brindes, com a chegada do Papai Noel em um helicóptero, cedido por um dos apoiadores do evento.

Os brinquedos doados poderão ser entregues nos seguintes pontos de arrecadação: Fórum de Pedreiras; Promotoria de Justiça em Pedreiras; Agência do Banco do Brasil de Pedreiras; Rádio Cidade FM de Pedreiras; Mearim Motos; Faculdade São Francisco - FAESF; Panificadora Trizidela; Comercial Liberdade, em Trizidela do Vale; Secretaria de Assistência Social de Trizidela do Vale. Centro Administrativo - Lima Campos; Secretaria de Assistência Social de Lima Campos; Curso Wellington em São Luís/MA.

As doações também poderão ser realizadas em dinheiro, mediante depósito ou transferência para a conta da "Campanha Natal Solidário": Banco do Brasil, Agência 0242-9, Conta Poupança 30998-2, Operação 51. Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos mediante contato telefônico com a Diretoria do Fórum e na Primeira Vara de Pedreiras, nos telefones: (99) 3642-3051 (Diretoria) e (99) 3642-2763 (1ª Vara), e por email:

(As informações são da CGJ)

Tribunal de Justiça do Maranhão: exceção de suspeição

Desembargador Ricardo Dualibe permanece na relatoria da reclamação constitucional.

SÃO LUÍS - Em nota, divulgada na tarde desta quinta-feira (4), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) esclarece que o desembargador Ricardo Dualibe permanece na relatoria da reclamação constitucional feita pelo município de São Luís contra o Ministério Público Estadual (MP-MA).

Veja nota na integra

O desembargador Ricardo Duailibe permanece na relatoria da Reclamação Constitucional feita pelo município de São Luís contra o Ministério Público Estadual, por não ter o magistrado qualquer interesse no resultado do processo, não podendo ser questionada a sua atuação como julgador, uma vez que não ficou configurada, sob qualquer ângulo, a violação apontada pelo órgão ministerial.

Estes foram os argumentos apresentados na manifestação sobre a Exceção de Suspeição nº 5500/2014, do Ministério Público Estadual, que alegou que o magistrado teria atuado como advogado da Empresa São Benedito, que é associada ao Sindicato das Empresas de Transportes de São Luís (SET).

Os esclarecimentos prestados na manifestação sustentam que o desembargador Ricardo Duailibe não possui interesse em beneficiar qualquer uma das partes envolvidas na citada Reclamação Constitucional, quais sejam a Prefeitura de São Luís ou o Ministério Público Estadual. O interesse do magistrado há sempre de ser examinado com objetividade para que não se isole intelectual e socialmente o juiz da comunidade em que vive.

Agravo

Examinando o recurso de Agravo de Instrumento interposto pela Prefeitura Municipal contra a mesma decisão do juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, a desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão, Maria da Graça Duarte, deferiu liminar em favor do Município, suspendendo a mesma decisão.

Assim como o desembargador Ricardo Duailibe, a magistrada entendeu que somente o Tribunal de Justiça pode decretar a intervenção no Município através de representação do procurador-geral de Justiça.

Tribunal de Justiça do Maranhão: exceção de suspeição

04/12/2014 às 18h59

Desembargador Ricardo Dualibe permanece na relatoria da reclamação constitucional.

SÃO LUÍS - Em nota, divulgada na tarde desta quinta-feira (4), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) esclarece que o desembargador Ricardo Dualibe permanece na relatoria da reclamação constitucional feita pelo município de São Luís contra o Ministério Público Estadual (MP-MA).

Veja nota na integra

O desembargador Ricardo Duailibe permanece na relatoria da Reclamação Constitucional feita pelo município de São Luís contra o Ministério Público Estadual, por não ter o magistrado qualquer interesse no resultado do processo, não podendo ser questionada a sua atuação como julgador, uma vez que não ficou configurada, sob qualquer ângulo, a violação apontada pelo órgão ministerial.

Estes foram os argumentos apresentados na manifestação sobre a Exceção de Suspeição nº 5500/2014, do Ministério Público Estadual, que alegou que o magistrado teria atuado como advogado da Empresa São Benedito, que é associada ao Sindicato das Empresas de Transportes de São Luís (SET).

Os esclarecimentos prestados na manifestação sustentam que o desembargador Ricardo Duailibe não possui interesse em beneficiar qualquer uma das partes envolvidas na citada Reclamação Constitucional, quais sejam a Prefeitura de São Luís ou o Ministério Público Estadual. O interesse do magistrado há sempre de ser examinado com objetividade para que não se isole intelectual e socialmente o juiz da comunidade em que vive.

Agravo

Examinando o recurso de Agravo de Instrumento interposto pela Prefeitura Municipal contra a mesma decisão do juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, a desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão, Maria da Graça Duarte, deferiu liminar em favor do Município, suspendendo a mesma decisão.

Assim como o desembargador Ricardo Duailibe, a magistrada entendeu que somente o Tribunal de Justiça pode decretar a intervenção no Município através de representação do procurador-geral de Justiça.

Justiça condena três envolvidos em casos de homicídio

Crimes aconteceram em junho de 2012, quando as vítimas comemoravam o aniversário.

PAÇO DO LUMIAR - Em sessões do Tribunal do Júri, realizadas em 26 e 28 de novembro, o Ministério Público do Maranhão (MP-MA) conseguiu a condenação dos envolvidos, Maick Davisson Lourenço Oliveira, Fagner Gomes Sena e Renon de Jesus Pereira, em casos de homicídio.

Os dois primeiros réus foram julgados no dia 26 e condenados a 52 anos e nove meses de reclusão, cada, em regime fechado. Já Renon de Jesus Pereira, foi sentenciado no dia 28. Ele cumpre pena desde 2013 e deve cumprir, ainda, 14 anos, um mês e quatro dias de reclusão. A pena final é de 15 anos, sete meses e 15 dias de prisão, em regime fechado.

No primeiro caso, Maick Davisson Lourenço Oliveira e Fagner Gomes Sena foram autuados pelo crime de homicídio qualificado, praticado contra, Samya Cristina Santana Oliveira, e tentativas de homicídios contra Pablo Alexandre Pereira de Oliveira e Leandro Vieira Paiva.

Os crimes aconteceram em junho de 2012, quando as vítimas comemoravam o aniversário de Samya, no Viva Maiobão, na cidade de Paço do Lumiar.

ASSASSINATO

Renon de Jesus Pereira foi condenado pelo assassinato de Daniel Ribeiro Frazão. A vítima foi abordada, enquanto lavava sua motocicleta. Renon de Jesus alegou que o motivo do crime foi vingança pela morte de seu irmão.

Justiça condena três envolvidos em casos de homicídio

04/12/2014 às 13h55

Crimes aconteceram em junho de 2012, quando as vítimas comemoravam o aniversário.

PAÇO DO LUMIAR - Em sessões do Tribunal do Júri, realizadas em 26 e 28 de novembro, o Ministério Público do Maranhão (MP-MA) conseguiu a condenação dos envolvidos, Maick Davisson Lourenço Oliveira, Fagner Gomes Sena e Renon de Jesus Pereira, em casos de homicídio.

Os dois primeiros réus foram julgados no dia 26 e condenados a 52 anos e nove meses de reclusão, cada, em regime fechado. Já Renon de Jesus Pereira, foi sentenciado no dia 28. Ele cumpre pena desde 2013 e deve cumprir, ainda, 14 anos, um mês e quatro dias de reclusão. A pena final é de 15 anos, sete meses e 15 dias de prisão, em regime fechado.

No primeiro caso, Maick Davisson Lourenço Oliveira e Fagner Gomes Sena foram autuados pelo crime de homicídio qualificado, praticado contra, Samya Cristina Santana Oliveira, e tentativas de homicídios contra Pablo Alexandre Pereira de Oliveira e Leandro Vieira Paiva.

Os crimes aconteceram em junho de 2012, quando as vítimas comemoravam o aniversário de Samya, no Viva Maiobão, na cidade de Paço do Lumiar.

ASSASSINATO

Renon de Jesus Pereira foi condenado pelo assassinato de Daniel Ribeiro Frazão. A vítima foi abordada, enquanto lavava sua motocicleta. Renon de Jesus alegou que o motivo do crime foi vingança pela morte de seu irmão.

Exposição fotográfica do Fórum de São Luís termina nesta sexta

A exposição está aberta ao público, na galeria Celso Antônio de Menezes

Publicação: 04/12/2014 15:55

Fica em cartaz até esta sexta-feira (05), no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), a I Exposição Fotográfica Integração e Cidadania, que reúne 71 imagens produzidas por 18 fotógrafos profissionais e amadores. A exposição está aberta ao público, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, na galeria Celso Antônio de Menezes.

Entre os 18 fotógrafos que integram a exposição coletiva está a servidora do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Lorena Borba, que expõem quatro imagens da área interna do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, produzidas durante viagem de férias à capital carioca. Escritora e fotógrafa amadora, ela teve trabalhos expostos nas duas últimas edições do projeto ESMAM Cultural, promovido pela Escola da Magistratura do Maranhão; e também na exposição coletiva "Retratos de Mulher", realizada em março deste ano no Fórum de São Luís.

O Santuário de São José de Ribamar, um dos quatro municípios da Ilha de São Luís, é retratado nessa mostra pela fotógrafa e escritora Raimunda Pinheiro, moradora de São José dos Índios, em São José de Ribamar. Ela participa da exposição com cinco fotografias, incluindo ainda imagens de flores e do pôr do sol. Formada em teatro, Raimunda Pinheiro tem vários livros lançados, entre os quais o título Ana Jansen em Cordel (2011); participou de inúmeros recitais de poesia; além de exposições fotográficas e de artes plásticas, em eventos como a Coletiva de Maio.

Quem também participa da exposição é a fotógrafa e acadêmica de Administração de Empresas, Mayara Vieira, com os títulos ballet das águas e oxidação de uma história; Danielle Filgueiras, com as fotos alvorada, costume de um povo, fauno e a flora, moagem da cana de açúcar e terra à vista; Alberto Ferreira e Débora de Santalúcia, com imagens do Centro Histórico de São Luís; além de Emannuely Luz e Rosane Mousinho, que retratam imagens do pôr do sol e de embarcações.

Os servidores do TJMA, Mônica Ramos e Thiago Ramos, expõem, respectivamente, fotografias com foco num quarto de dormir, dividido entre mãe e filha, e fragmentos de imagens e a estética do antigo Centro Histórico de São Luís. Já o desembargador Lourival Serejo integra a exposição com cinco fotos produzidas durante viagem a Cuba; e o servidor do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA), Luiz Pires, que aborda temas variados como paisagens, flagrantes curiosos e composições inusitadas.

Imagens do cotidiano de crianças, além de personagem do bumba-meu-boi, captadas pelas lentes da jornalista e produtora cultural Vanessa Serra, também fazem parte da exposição que reúne, ainda, trabalhos da fotógrafa Maria Thereza Soares que estabelece uma relação entre fotografia e a natureza, por meio da sua representação simbólica, no caso, flores.

O baiano Marcelo Lord e o pernambucano Maurício Alexandre captaram belas imagens da ilha, e apresentam ao público nessa exposição. Marcelo Lord mostra embarcações, pôr do sol, brincante de bumba-meu-boi e

paisagens da Beira-Mar, e Maurício Alexandre participa com a foto “Reviver”.

Cada fotógrafo doou uma das obras de sua autoria ao acervo permanente da Galeria Celso Antônio de Menezes, localizada no hall do fórum. A I Exposição Fotográfica Integração e Cidadania é uma iniciativa da Diretoria do Fórum de São Luís e Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão e tem a finalidade de fomentar a arte junto à comunidade jurídica.

Judiciário mantém plantão no feriado de segunda-feira (8)

Para atender às demandas judiciais de caráter urgente (Habeas Corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento e suspensão de liminares), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manterá plantão judicial durante o feriado de segunda-feira (8) - Dia da Justiça e Nossa Senhora da Conceição. Os desembargadores João Santana Sousa e Guerreiro Júnior são os plantonistas do 2º Grau.

Até domingo (7), as matérias recebidas serão julgadas pelo desembargador João Santana Sousa que substitui a desembargadora Buna Magalhães por motivo de sua aposentadoria. Já o desembargador Guerreiro Júnior, assumirá como plantonista a partir de segunda-feira (8) até o dia 14 (domingo).

Os servidores escalados são Mayco Murilo Pinheiro e José de Jesus Costa, respectivamente. O número do telefone disponibilizado para o plantão é o (98) 8815-8344.

Sindjus-MA convida para Fórum de Debates sobre Direitos Humanos e Serviço Público

5/12/2014 | 10:53

Comissão de organização do I Fórum de Debates sobre Direitos Humanos e Serviço Público. Comissão de organização do I Fórum de Debates sobre Direitos Humanos e Serviço Público.

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (SINDJUS-MA) realizará na próxima quarta-feira, dia 10/12, em celebração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, o I FÓRUM DE DEBATES SOBRE DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO PÚBLICO, que acontecerá no auditório do Fórum de Justiça "Desembargador Sarney Costa", no Bairro do Calhau, em São Luís.

Juiz de Direito Douglas Melo Martins e Psicólogo Analista Eliandro Araújo
Juiz de Direito Douglas Melo Martins e Psicólogo Analista Eliandro Araújo

As inscrições serão realizadas no local do evento e os participantes receberão certificados de emitidos pela ESMAM- Escola Superior da Magistratura do Maranhão com um total de 8 horas.

Luís Antonio Pedrosa - Advogado e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA - Ordem dos Advogados do Brasil.
Luís Antonio Pedrosa - Advogado e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA - Ordem dos Advogados do Brasil.

Durante o seminário serão debatidos temas atuais e relevantes ligados aos direitos humanos e à atividade pública. Compõem a Comissão Organizadora do Evento os seguintes servidores: Artur Estevam, Fredson Costa, Eliandro Araujo, Igor Sérgio Lima Oliveira e Erickson.

Confira a Programação

I Fórum de Debates sobre Direitos Humanos e Serviço Público

Abertura - 9 horas - com autoridades convidadas.

01º - Mesa /Palestra - 10 horas - com a Professora Doutora da UFMA Claudia Gonçalves - Tema: "O Papel do agente público na promoção dos direitos humanos".

12 às 14 horas - Intervalo livre para o almoço.

02º - Mesa/Debate -14 horas: Juiz de Direito Douglas Melo Martins e Psicólogo Eliandro Araújo. Tema: "Práticas de promoção dos direitos humanos no Poder Judiciário".

03º - Mesa/Palestra - 16 horas : Luís Antonio Pedrosa - Advogado e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil. Tema: "Direitos Humanos e acesso à Justiça".

17:30 horas - ENCERRAMENTO COM COFFEE BREAK.

Comissão reúne com o TJMA para dar continuidade as negociações da pauta da greve

5/12/2014 | 17:38

A comissão de negociação do Sindjus-MA e a Assessoria Financeira do Tribunal irão se reunir na próxima sexta-feira (12/12). A comissão de negociação do Sindjus-MA e a Assessoria Financeira do Tribunal irão se reunir na próxima sexta-feira (12/12).

Nesta quinta-feira (04/12) os membros de negociação do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA) representada por Fredson Costa, Márcio Luís e Emanuel Jansen estiveram reunidos com a Assessoria Financeira do Tribunal de Justiça (TJMA) para tratar sobre o real valor do impacto financeiro da GPJ- Gratificação de Produtividade Judiciária, que não foi apresentado na última reunião devido algumas pendências.

A Assessoria Financeira do Tribunal informou aos membros da comissão do Sindjus-MA, que o valor da GPJ está estimado em 14 milhões e 500 mil reais. Sendo que a Assessoria Financeira do TJMA explicou que esse valor pode chegar a 15 milhões, devido o fato de que 32 unidades que não ganharam a gratificação estão solicitando revisão do resultado.

“Durante a reunião a Assessoria Financeira nos explicou que o orçamento da GPJ ainda não foi fechado, pois 32 unidades recorreram da decisão, o que fazer com que esse valor chegue a 15 milhões de acordo com o que estava previsto no orçamento do Tribunal para o pagamento da GPJ em 2014”, disse o Vice-Presidente do Sindjus-MA, Fredson Costa.

A comissão de negociação do Sindjus-MA e a Assessoria Financeira do Tribunal irão se reunir na próxima sexta-feira (12/12), quando o TJMA apresentará o saldo do orçamento de 2014.

“Agora iremos aguardar esta próxima reunião para que possamos saber o saldo do orçamento, e assim negociarmos para que esse valor possa ser para pagamento da última parcela dos 21,7% e das oito parcelas restantes do índice de 4,3% das Perdas Inflacionárias”, disse o Secretário Geral do Sindjus-MA, Márcio Luís.

Na reunião a comissão do Sindjus-MA ainda insistiu com a Assessoria Financeira para que o Tribunal continue fazendo gestão para que o Governo do Estado suplemente o orçamento do Tribunal em 18 milhões, dinheiro esse que seria utilizado para pagamento dos retroativos dos 21,7% e dos 4,3%.

“Na reunião pedimos mais uma vez que Tribunal continue insistindo para que o Governo faça a suplementação dos 18 milhões, pois será uma maneira segura de garantir o direito dos servidores com a quitação dos 21,7% e dos 4,3%”, disse o Vice-Presidente do Sindjus-MA, Fredson Costa.

Sindjus-MA participa de reunião com o Desembargador Marcelino

Na quinta-feira (04/12) os sindicalistas do Sindjus-MA Fredson Costa, Márcio Luís e Emanuel Jansen também estiveram reunidos com o desembargador Marcelino Everton que determinou a suspensão da greve e o retorno imediato dos servidores às atividades ao conceder pedido de Tutela Antecipada em ação Civil Pública movida pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, no dia 14 de novembro.

Durante o encontro os sindicalistas pediram preferência no julgamento da ação ao desembargador Marcelino

Everton devido a grande relevância social, em contra partida ele disse que vai analisar todos os fatos com atenção e cuidado.

“Mais uma vez conversamos com o desembargador Marcelino Everton que novamente recebeu os companheiros do Sindicato foi bastante atencioso e se prontificou a analisar o processo com atenção”, disse o Vice-Presidente do Sindjus-MA, Fredson Costa.

Mais informações sobre o andamento das negociações serão divulgadas na Assembleia Geral Ordinária da categoria, que será realizada neste sábado (06/12), a partir das 09h, na sede social do Sindicato, na estrada da Raposa/Cumbique, que debaterá o Planejamento Orçamentário da entidade para o exercício 2015 de acordo com o Estatuto Social.

Justiça nega recurso contra medida que suspendia intervenção na SMTT

A desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão, Maria da Graça Duarte, negou recurso do Ministério Público Estadual e manteve revogada a decisão de suspender intervenção na Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) de São Luís. A decisão da magistrada manteve entendimento do também desembargador Ricardo Duailibe, de que apenas o Tribunal de Justiça pode decretar a intervenção em municípios.

No dia 24 de novembro a procuradora-geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, recorreu da decisão do desembargador Ricardo Duailibe, que havia acatado pedido da Procuradoria Geral do Município (PGM), no processo que suspendia a licitação das concessões de linhas de ônibus de São Luís.

No agravo, a procuradora Regina Rocha argumentou que a ação do MP não tratou de pedido de intervenção do Estado no Município, conforme teria sido alegado pela PGM, e que o pedido de nomeação de um interventor era específico para conduzir o processo de licitação das concessões de linhas de transportes urbanos.

Suspeição

Também nesta quinta, o desembargador Ricardo Duailibe não manifestou sua suspeição no processo. O pedido havia sido feito no último dia 25, pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís, a promotora de Justiça Lítia Cavalcanti.

No documento, a promotora de Justiça alega que o magistrado foi advogado da Empresa São Benedito Ltda., associada ao Sindicato das Empresas de Transportes de São Luís (SET). O Sindicato foi um dos pactuantes dos vários Termos de Ajustamento de Conduta celebrados na Ação Civil Pública que trata da questão dos transportes em São Luís.

No entendimento da promotora, como o SET atua como substituto processual das empresas de transporte afiliadas, a São Benedito tem seus interesses diretamente afetados pelo resultado da ação.

Entenda

A suspensão do processo foi determinada um dia após o juiz titular da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís Cícero Dias de Sousa Filho determinar a licitação ao deferir pedido de intervenção na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), ajuizada pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor. A decisão nomeava o advogado Anthony Boden a conduzir o processo licitatório na SMTT.

A PGM obteve decisão favorável no Tribunal de Justiça, alegando que o juízo da 4ª Vara da Fazenda Pública, que deferiu parcialmente o pedido do MPMA, ofenderia a competência do Tribunal de Justiça do Estado para julgar casos de intervenção no município. O desembargador relator acolheu ainda tese de que, nesse caso, a Promotoria do Consumidor também seria incompetente para solicitar intervenção no município de São Luís.

A promotora de Defesa do Consumidor Lítia Cavalcanti questionou o descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2011 pelo Município de São Luís, no qual ele assumia compromisso de realizar licitação, no prazo de 180 dias, no sistema de transporte público da capital, além de contratar empresa especializada na identificação biométrica de passageiros.

Entre junho de 2012 e setembro de 2013, o TAC foi aditivado por três vezes, concedendo novos prazos para o cumprimento do acordo. Em junho deste ano, a Justiça determinou o cumprimento do TAC e concedeu prazo de

90 dias para a efetivação das medidas. "Mesmo diante da extensão dos prazos, o Município de São Luís não adotou as medidas necessárias para cumprir o acordo. Dessa forma, os consumidores foram prejudicados", destacou Cavalcanti.

Quatro municípios do MA e São Luís recebem novos juízes

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concluiu a remoção e promoção de cinco juízes de direito que vão atuar nas comarcas de Bacabal, Grajaú, Humberto de Campos, Cantanhede e São Luís. Os magistrados tomaram posse após sessão administrativa do Órgão Especial, em ato solene diante da presidente em exercício do Tribunal, desembargadora Anildes Cruz, e do diretor geral, Hebert Leite.

Pelo critério de merecimento, os juízes de direito Silvio Alves Nascimento (comarca de Pastos Bons) e Reginaldo de Jesus Cordeiro Junior (comarca de Viana) foram promovidos para a 1ª Vara da comarca de Grajaú e comarca da Ilha de São Luís, respectivamente.

Marcelo Santana Farias (comarca de Bacuri) foi removido para a Vara Única da comarca de Humberto de Campos.

João Paulo Mello (comarca de São Luís Gonzaga do Maranhão) foi promovido, pelo critério de antiguidade, para a 4ª Vara da comarca de Bacabal, de entrância intermediária, e Alexandre Moreira Lima (comarca de Magalhães de Almeida) para a de Cantanhede.

Pelo critério de antiguidade, Welline de Souza Coelho (Eugênio Barros) foi removida para a comarca de Icatu. O juiz Sidney Cardoso Ramos (São Bento) passou a atuar na comarca da Ilha de São Luís.

Abertas inscrições para curso de Português e Reforma Ortográfica

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão

O curso visa atualizar servidores em relação às mudanças ocorridas na língua portuguesa

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) realizará mais uma capacitação em Língua Portuguesa, voltada para servidores do Judiciário estadual. Para participar, basta acessar o sistema acadêmico Tutor, até o dia 11 de dezembro e efetuar a inscrição.

O curso visa atualizar servidores em relação às mudanças ocorridas na língua portuguesa e, desta forma, capacitá-los a redigir conforme o novo Acordo Ortográfico.

A capacitação será ministrada pela professora Maria da Graça Dutra, no prédio da ESMAM, no período de 15 a 19 de dezembro, nos turnos matutino e vespertino (08h às 11h e das 14h às 17h).

Além do acordo ortográfico, o treinamento também abordará a formação de palavras; tipos de texto (literários e não literários); níveis de linguagem: adequação e inadequação e os principais vícios de linguagem.

REFORMA - A reforma ortográfica, cuja vigência obrigatória foi adiada pelo governo brasileiro para 2016, trouxe algumas alterações que já estão sendo utilizadas tanto na redação de documentos oficiais, quanto em outras publicações mais recentes.

CURRÍCULO A professora Maria da Graça Dutra é especialista em Coordenação Pedagógica (UFMA), possui Licenciatura em Pedagogia (Instituto Superior de Educação Berlaar Iberlaar) e Licenciatura em Letras pela UEMA.

Abertas inscrições para curso de Português e Reforma Ortográfica

O curso visa atualizar servidores em relação às mudanças ocorridas na língua portuguesa

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) realizará mais uma capacitação em Língua Portuguesa, voltada para servidores do Judiciário estadual. Para participar, basta acessar o sistema acadêmico Tutor, até o dia 11 de dezembro e efetuar a inscrição.

O curso visa atualizar servidores em relação às mudanças ocorridas na língua portuguesa e, desta forma, capacitá-los a redigir conforme o novo Acordo Ortográfico.

A capacitação será ministrada pela professora Maria da Graça Dutra, no prédio da ESMAM, no período de 15 a 19 de dezembro, nos turnos matutino e vespertino (08h às 11h e das 14h às 17h).

Além do acordo ortográfico, o treinamento também abordará a formação de palavras; tipos de texto (literários e não literários); níveis de linguagem: adequação e inadequação e os principais vícios de linguagem.

REFORMA - A reforma ortográfica, cuja vigência obrigatória foi adiada pelo governo brasileiro para 2016, trouxe algumas alterações que já estão sendo utilizadas tanto na redação de documentos oficiais, quanto em outras publicações mais recentes.

CURRÍCULO A professora Maria da Graça Dutra é especialista em Coordenação Pedagógica (UFMA), possui Licenciatura em Pedagogia (Instituto Superior de Educação Berlaar Iberlaar) e Licenciatura em Letras pela UEMA.

Comunicação digital será discutida por jornalistas que atuam no Judiciário

Técnicas e ferramentas utilizadas no universo do jornalismo em redes sociais e ambiente web serão apresentadas durante a capacitação

Profissionais que atuam nas assessorias de comunicação do Judiciário do Maranhão participam, nos dias 11 e 12 de dezembro, do curso Webjornalismo aplicado: o jornalismo na esfera digital, promovido pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam).

A iniciativa integra o planejamento estratégico do setor de Comunicação do TJMA, visando capacitar periodicamente os servidores e atualizá-los sobre as inovações tecnológicas aplicadas à área jornalística. A capacitação será realizada na Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça, das 14h às 18h.

Técnicas e ferramentas teóricas utilizadas no universo do jornalismo e das assessorias de comunicação em redes sociais e ambiente web serão apresentadas durante a capacitação, que destacará as narrativas para twitter, facebook, blogs e whatsapp, a partir da compreensão da função de storytelling (contador de histórias) e da narrativa transmídia ou transmidiática (que se desenvolve por meio de múltiplos canais de mídia).

Temas como: O jornalismo em redes sociais: o exercício do lead no Twitter; Blogs: de volta ao jornalismo do século XIX com as tecnologias do século XX; O texto para web: técnicas, aplicações e recursos de storytelling, também serão discutidos pelos profissionais.

O curso será ministrado pela jornalista, doutora em Ciências Sociais com especialização em Estudos Comparados sobre as Américas (UNB) e professora do departamento de Comunicação Social da UFMA, Li-Chang Shuen Sousa. Graduada em Jornalismo (UFMA), a palestrante é mestre em Comunicação com ênfase em Linguagem dos Meios (UFPE), e pesquisadora filiada à Associação Internacional de Ciência Política (IPSA).

Comunicação digital será discutida por jornalistas que atuam no Judiciário

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão

Técnicas e ferramentas utilizadas no universo do jornalismo em redes sociais e ambiente web serão apresentadas durante a capacitação

Profissionais que atuam nas assessorias de comunicação do Judiciário do Maranhão participam, nos dias 11 e 12 de dezembro, do curso Webjornalismo aplicado: o jornalismo na esfera digital, promovido pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam).

A iniciativa integra o planejamento estratégico do setor de Comunicação do TJMA, visando capacitar periodicamente os servidores e atualizá-los sobre as inovações tecnológicas aplicadas à área jornalística. A capacitação será realizada na Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça, das 14h às 18h.

Técnicas e ferramentas teóricas utilizadas no universo do jornalismo e das assessorias de comunicação em redes sociais e ambiente web serão apresentadas durante a capacitação, que destacará as narrativas para twitter, facebook, blogs e whatsapp, a partir da compreensão da função de storytelling (contador de histórias) e da narrativa transmídia ou transmidiática (que se desenvolve por meio de múltiplos canais de mídia).

Temas como: O jornalismo em redes sociais: o exercício do lead no Twitter; Blogs: de volta ao jornalismo do século XIX com as tecnologias do século XX; O texto para web: técnicas, aplicações e recursos de storytelling, também serão discutidos pelos profissionais.

O curso será ministrado pela jornalista, doutora em Ciências Sociais com especialização em Estudos Comparados sobre as Américas (UNB) e professora do departamento de Comunicação Social da UFMA, Li-Chang Shuen Sousa. Graduada em Jornalismo (UFMA), a palestrante é mestre em Comunicação com ênfase em Linguagem dos Meios (UFPE), e pesquisadora filiada à Associação Internacional de Ciência Política (IPSA).

Desembargadora Cleonice Freire participa do Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 4 horas atrás

Representantes dos tribunais de Justiça do Brasil. Foto: TJSP

SÃO PAULO - A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, está participando do 101º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, aberto na última quarta-feira, que debate sobre temas de aperfeiçoamento de questões relacionadas ao funcionamento da Justiça estadual em todo o país. Os trabalhos, que acontecem no Palácio da Justiça de São Paulo (SP), serão encerrados no sábado (6), com a palestra do ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça.

Na abertura do encontro, o presidente do Colégio Permanente de Presidentes, Milton Nobre (TJPA), afirmou que o atual momento da nação obriga magistrados a uma reflexão, diante do fraco desempenho da economia brasileira em 2014 e a estagnação da indústria, que ensejam medidas sérias de ajuste, quanto à questão orçamentária: Os presidentes dos Tribunais de Justiça, juntos, devem manter união pela autonomia financeira das Cortes, pressuposto de independência do Judiciário, disse.

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, José Renato Nalini, defendeu investimentos dos tribunais na implantação de Centros Judiciais de Solução de Conflitos, para evitar a judicialização de questões que não sejam essencialmente litigiosas, e a remuneração da magistratura pelo trabalho que desempenha na execução fiscal para os municípios.

Nesta sexta-feira (5), os presidentes de tribunais discutiram sobre as dificuldades encontradas no cumprimento de resolução do CNJ que determinou a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe). A presidente do TJMA se manifestou em plenário e defendeu a proposta encabeçada pelo Colégio, no sentido de flexibilizar os dispositivos dessa norma, de modo a permitir que os TJs possam manter e trabalhar, simultaneamente, com programas de tramitação processual já em funcionamento nas justiças dos estados, desde que esses tenham interoperabilidade com o sistema PJE, adotado e recomendado pelo CNJ.

"No Maranhão, o PJE já está implantado nos juizados especiais e demos início à implantação nas câmaras criminais na Justiça de 2o. Grau, mas percebemos que há um desconforto entre magistrados e advogados em relação à mudança para o novo sistema, o que está dificultando o avanço desse projeto", advertiu a desembargadora.

As deliberações dessa e das demais discussões do encontro serão publicadas ao final dos debates, no documento intitulado "Carta de São Paulo".

Bacabal, Grajaú, Humberto de Campos, Cantanhede e São Luís têm novos juízes

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 8 horas atrás

Juízes tomaram posse em ato solene, da presidente em exercício do TJMA, desembargadora Anildes Cruz

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concluiu a remoção e promoção de cinco juízes de direito que vão atuar nas comarcas de Bacabal, Grajaú, Humberto de Campos, Cantanhede e São Luís. Os magistrados tomaram posse após sessão administrativa do Órgão Especial, em ato solene diante da presidente em exercício do Tribunal, desembargadora Anildes Cruz, e do diretor geral, Hebert Leite.

Pelo critério de merecimento, os juízes de direito Silvio Alves Nascimento (comarca de Pastos Bons) e Reginaldo de Jesus Cordeiro Junior (comarca de Viana) foram promovidos para a 1ª Vara da comarca de Grajaú e comarca da Ilha de São Luís, respectivamente.

Marcelo Santana Farias (comarca de Bacuri) foi removido para a Vara Única da comarca de Humberto de Campos.

João Paulo Mello (comarca de São Luís Gonzaga do Maranhão) foi promovido, pelo critério de antiguidade, para a 4ª Vara da comarca de Bacabal, de entrância intermediária, e Alexandre Moreira Lima (comarca de Magalhães de Almeida) para a de Cantanhede.

Pelo critério de antiguidade, Welline de Souza Coelho (Eugênio Barros) foi removida para a comarca de Icatu. O juiz Sidney Cardoso Ramos (São Bento) passou a atuar na comarca da Ilha de São Luís.

Osmar Gomes: um propósito de vida para SER JUIZ

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 4 horas atrás

O ser juiz desta semana fez um passeio pelos lençóis maranhenses, subiu até a Região dos Cocais, encostou no Médio Mearim e desaguou na Ilha de São Luís para homenagear o grande magistrado, de corpo e alma, que é Osmar Gomes dos Santos. Deixando sua marca por onde passou, sempre atuou de forma a garantir o direito de cada cidadão que buscava o Judiciário. Sem perder a humildade, cultivou amizades e construiu laços de fraternidade para toda uma vida. Conviemos você a fazer um passeio pela vida deste magistrado.

QUEM É OSMAR GOMES?

Um homem simples, de origem humilde, natural do povoado Enseada Grande, Município de Cajari, interior do Maranhão. Filho de pais lavradores, fiquei órfão de pai aos 08 anos, mas minha mãe passou a trabalhar para sustentar os seis filhos, dos quais sou o caçula. Ela cuidava da roça, quebrava coco babaçu e vendia bolos de tapioca, sempre preocupada para que nada nos faltasse. Mudamos para São Luís quando eu tinha 11 anos e, sem opção, fomos morar em uma palafita em cima da maré, atual Ilhinha, região do São Francisco. Com essa idade, comecei a vender jornais nas ruas de São Luís e, nos finais de semana, também vendia pão cheio e vigiava carro na Ponta D'Areia. O objetivo era um só: ajudar nas despesas de casa.

Dos 13 aos 18 anos, trabalhei como servente de pedreiro, só abandonando essa profissão após ter sido aprovado no vestibular de Direito da UFMA. A partir de então, passei a dar aulas particulares para garantir o dinheiro do transporte. Fui aprovado nos concursos para Agente e Delegado da Polícia Civil, quando exerci os cargos de assessor chefe e coordenador de polícia especializada. Fui chefe do departamento jurídico do Banco Bradesco S/A, responsável pela Regional Maranhão e Piauí, e também atuei como secretário chefe do gabinete e procurador adjunto do Poder Legislativo de São Luís.

Sou casado há trinta anos com Maria Felix Gomes, advogada, empresária e mãe dos meus dois filhos: Osmar Filho, advogado e vereador de São Luís, e Bianca Gomes, também graduada em Direito.

QUEM É O JUIZ OSMAR GOMES?

Uma pessoa comprometida com a justiça e com o bem estar dos cidadãos que nos buscam; um profissional atento ao seu papel social e constitucional. Alguém que vê e sente a interação com a sociedade como uma relação necessária para a qualidade e efetividade das decisões judiciais e para a promoção da mudança social.

POR QUE ESCOLHEU O DIREITO?

Pelo desejo ardente de combater as injustiças e ajudar na solução de conflitos.

PARA VOCÊ, O QUE REPRESENTA A MAGISTRATURA?

Uma ferramenta para atuar na defesa, respeitabilidade e preservação dos direitos da sociedade, conquistados muitas vezes com suor, sangue e lágrimas.

EM QUAL COMARCA ESTÁ NO MOMENTO E HÁ QUANTO TEMPO?

Comarca de São Luís, como titular da 1ª Vara do Júri. Mas já passei por Barreirinhas, Coelho Neto e Bacabal.

ALÉM DA FUNÇÃO JUDICANTE, QUE AÇÕES DESENVOLVE NA COMARCA?

Sou diretor do Fórum e membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão na categoria Juiz de Direito.

COMO VÊ A ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO NESTA COMARCA?

Muito boa, e isso se deve em razão da colaboração de magistrados e servidores comprometidos com a celeridade das ações e o bem estar de todos.

COMO CUIDA DA SAÚDE?

Faço meus exames de rotina, além de caminhadas, futebol e uma alimentação balanceada.

CAMINHO PARA O SUCESSO É?

Persistência e força de vontade.

HOBBY?

Ouvir músicas que tocam a alma.

LIVRO PREDILETO?

Nunca desista de seus sonhos (Augusto Cury).

FILME QUE GOSTA E POR QUÊ?

De ação (missão impossível), por refletir parte daquilo que vivenciamos no dia a dia em nossa sociedade.

MANIA?

Checar todas as portas e janelas da casa antes de deitar.

O MELHOR DA VIDA?

Dormir com a consciência tranquila.

FAMÍLIA É?

A base de tudo, meu maior ponto de apoio.

O QUE VALORIZA NOS OUTROS?

Honestidade e companheirismo.

O QUE NAO GOSTA NOS OUTROS?

A falsidade e hipocrisia.

SONHO?

Meus filhos e netos viverem em uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais igualitária; onde os recursos públicos sejam aplicados para fomentar o crescimento e o desenvolvimento, com oportunidades iguais para todos.

Bacabal, Grajaú, Humberto de Campos, Cantanhede e São Luís têm novos juízes

Juízes tomaram posse em ato solene, da presidente em exercício do TJMA, desembargadora Anildes Cruz

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concluiu a remoção e promoção de cinco juízes de direito que vão atuar nas comarcas de Bacabal, Grajaú, Humberto de Campos, Cantanhede e São Luís. Os magistrados tomaram posse após sessão administrativa do Órgão Especial, em ato solene diante da presidente em exercício do Tribunal, desembargadora Anildes Cruz, e do diretor geral, Hebert Leite.

Pelo critério de merecimento, os juízes de direito Silvio Alves Nascimento (comarca de Pastos Bons) e Reginaldo de Jesus Cordeiro Junior (comarca de Viana) foram promovidos para a 1ª Vara da comarca de Grajaú e comarca da Ilha de São Luís, respectivamente.

Marcelo Santana Farias (comarca de Bacuri) foi removido para a Vara Única da comarca de Humberto de Campos.

João Paulo Mello (comarca de São Luís Gonzaga do Maranhão) foi promovido, pelo critério de antiguidade, para a 4ª Vara da comarca de Bacabal, de entrância intermediária, e Alexandre Moreira Lima (comarca de Magalhães de Almeida) para a de Cantanhede.

Pelo critério de antiguidade, Welline de Souza Coelho (Eugênio Barros) foi removida para a comarca de Icatu. O juiz Sidney Cardoso Ramos (São Bento) passou a atuar na comarca da Ilha de São Luís.

Judiciário mantém plantão no feriado de segunda-feira (8)

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 7 horas atrás

No plantão são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal

Para atender às demandas judiciais de caráter urgente (Habeas Corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento e suspensão de liminares), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manterá plantão judicial durante o feriado de segunda-feira (8) - Dia da Justiça e Nossa Senhora da Conceição. Os desembargadores João Santana Sousa e Guerreiro Júnior são os plantonistas do 2º Grau.

Até domingo (7), as matérias recebidas serão julgadas pelo desembargador João Santana Sousa que substitui a desembargadora Buna Magalhães por motivo de sua aposentadoria. Já o desembargador Guerreiro Júnior, assumirá como plantonista a partir de segunda-feira (8) até o dia 14 (domingo).

Os servidores escalados são Mayco Murilo Pinheiro e José de Jesus Costa, respectivamente. O número do telefone disponibilizado para o plantão é o (98) 8815-8344.

Judiciário mantém plantão no feriado de segunda-feira (8)

No plantão são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal

Para atender às demandas judiciais de caráter urgente (Habeas Corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento e suspensão de liminares), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manterá plantão judicial durante o feriado de segunda-feira (8) - Dia da Justiça e Nossa Senhora da Conceição. Os desembargadores João Santana Sousa e Guerreiro Júnior são os plantonistas do 2º Grau.

Até domingo (7), as matérias recebidas serão julgadas pelo desembargador João Santana Sousa que substitui a desembargadora Buna Magalhães por motivo de sua aposentadoria. Já o desembargador Guerreiro Júnior, assumirá como plantonista a partir de segunda-feira (8) até o dia 14 (domingo).

Os servidores escalados são Mayco Murilo Pinheiro e José de Jesus Costa, respectivamente. O número do telefone disponibilizado para o plantão é o (98) 8815-8344.

Debate sobre protesto da dívida ativa em cartórios avança na Corregedoria

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão

Nelma Sarney presidiu os trabalhos - Foto AsscomCGJ

Em mais uma rodada de reuniões realizada na manhã desta quinta-feira (04), na Corregedoria da Justiça do Maranhão, a desembargadora Nelma Sarney mostrou estar empenhada para implementar a proposta de cobrança de dívidas junto aos entes estadual e municipal nos cartórios de protesto. A iniciativa visa a desafogar as unidades judiciais competentes para processar e julgar ações relativas à fazenda pública.

Nelma Sarney voltou a destacar que há um movimento nacional que busca o fim da judicialização das ações de execução fiscal, mas que enquanto não se chega a uma solução definitiva, é preciso encontrar caminhos pela via da cooperação. Nossas unidades judiciais estão abarrotadas de processos de executivos fiscais, que hoje é considerado um grande gargalo nas varas de fazenda. Algumas dessas unidades chegam a receber milhares de petições em uma única remessa, congestionando o trabalho do juiz e prejudicando a oferta dos serviços ao cidadão, afirmou.

Maria de Fátima Silva, gestora para da Área de Controle e Planejamento da Arrecadação da Secretaria da Fazenda do Estado, elogiou a iniciativa, mas afirmou que é preciso realizar novos encontros para efetivar a proposta. Vamos marcar nova reunião com os cartórios para definir como operacionalizar esse projeto, já que é preciso haver interligação dos sistemas, disse.

A diretora do Fundo Especial de Reparelhamento do Judiciário (Ferj), Celerita Dinorah, disse que a medida vai contribuir para o fortalecimento das serventias extrajudiciais (cartórios) e a consequente elevação da arrecadação do Estado. Ela também destacou que o efeito do protesto é imediato, levando o contribuinte a resolver sua pendência, pois além de endividado, ele também terá restrições junto ao Judiciário.

O juiz Raimundo Neris, titular da 5ª Vara da Fazenda Pública, que também participa da formatação da proposta inicial, disse que os cartórios já estão se organizando para atender à demanda. Formalizada a cooperação entre os órgãos, os cartórios terão condições de fazer um trabalho eficiente, com rapidez e as garantias de segurança necessárias, enfatizou.

Além dos benefícios já expostos, o cartório titular do 3º Ofício de Timon e presidente do Instituto de Protestos do Maranhão, Andre Vilaverde, disse que os cartórios dispõem de uma rede interligada eficiente e que haverá benefício para a economia popular, pois diferentemente daquele que está com o nome negativado junto ao serviço de proteção ao crédito devedores protestados não podem contrair empréstimos ou realizar outros atos da vida civil. Isso obriga o devedor a honrar seus compromissos junto ao ente público, explicou.

Nelma Sarney ainda afirmou que com a implantação da proposta ainda haverá a possibilidade de realizar a conciliação no cartório, antes da efetivação do protesto. É uma medida que vai contribuir de forma eficiente para a resolução dos problemas das dívidas junto aos entes da Federação. Se após as diversas tentativas de equacionar o débito ou mesmo da impossibilidade de localizar o devedor, será feita a publicação do edital e o

protesto do devedor, finalizou.

Ainda no mês de dezembro, todos os cartórios deverão estar interligados na Central de Remessa de Arquivo (CRA), cuja finalidade é processar e enviar eletronicamente os arquivos aos respectivos cartórios.

Também participaram da reunião o secretário de Fazenda de São Luís, Raimundo Rodrigues; a juíza corregedora Oriana Gomes; procurador Bruno Fonseca; o procurador-chefe da Dívida Ativa do Estado, João Batista Filho; a procuradora Fiscal de São Luís, Anne Karole; e os cartorários Christian Carvalho, José Fecury Neto e Paulo Carvalho.

Debate sobre protesto da dívida ativa em cartórios avança na Corregedoria

Em mais uma rodada de reuniões realizada na manhã desta quinta-feira (04), na Corregedoria da Justiça do Maranhão, a desembargadora Nelma Sarney mostrou estar empenhada para implementar a proposta de cobrança de dívidas junto aos entes estadual e municipal nos cartórios de protesto. A iniciativa visa a desafogar as unidades judiciais competentes para processar e julgar ações relativas à fazenda pública.

Nelma Sarney voltou a destacar que há um movimento nacional que busca o fim da judicialização das ações de execução fiscal, mas que enquanto não se chega a uma solução definitiva, é preciso encontrar caminhos pela via da cooperação. Nossas unidades judiciais estão abarrotadas de processos de executivos fiscais, que hoje é considerado um grande gargalo nas varas de fazenda. Algumas dessas unidades chegam a receber milhares de petições em uma única remessa, congestionando o trabalho do juiz e prejudicando a oferta dos serviços ao cidadão, afirmou.

Maria de Fátima Silva, gestora para da Área de Controle e Planejamento da Arrecadação da Secretaria da Fazenda do Estado, elogiou a iniciativa, mas afirmou que é preciso realizar novos encontros para efetivar a proposta. Vamos marcar nova reunião com os cartórios para definir como operacionalizar esse projeto, já que é preciso haver interligação dos sistemas, disse.

A diretora do Fundo Especial de Reparelhamento do Judiciário (Ferj), Celerita Dinorah, disse que a medida vai contribuir para o fortalecimento das serventias extrajudiciais (cartórios) e a consequente elevação da arrecadação do Estado. Ela também destacou que o efeito do protesto é imediato, levando o contribuinte a resolver sua pendência, pois além de endividado, ele também terá restrições junto ao Judiciário.

O juiz Raimundo Neris, titular da 5ª Vara da Fazenda Pública, que também participa da formatação da proposta inicial, disse que os cartórios já estão se organizando para atender à demanda. Formalizada a cooperação entre os órgãos, os cartórios terão condições de fazer um trabalho eficiente, com rapidez e as garantias de segurança necessárias, enfatizou.

Além dos benefícios já expostos, o cartório titular do 3º Ofício de Timon e presidente do Instituto de Protestos do Maranhão, Andre Vilaverde, disse que os cartórios dispõem de uma rede interligada eficiente e que haverá benefício para a economia popular, pois diferentemente daquele que está com o nome negativado junto ao serviço de proteção ao crédito devedores protestados não podem contrair empréstimos ou realizar outros atos da vida civil. Isso obriga o devedor a honrar seus compromissos junto ao ente público, explicou.

Nelma Sarney ainda afirmou que com a implantação da proposta ainda haverá a possibilidade de realizar a conciliação no cartório, antes da efetivação do protesto. É uma medida que vai contribuir de forma eficiente para a resolução dos problemas das dívidas junto aos entes da Federação. Se após as diversas tentativas de equacionar o débito ou mesmo da impossibilidade de localizar o devedor, será feita a publicação do edital e o protesto do devedor, finalizou.

Ainda no mês de dezembro, todos os cartórios deverão estar interligados na Central de Remessa de Arquivo (CRA), cuja finalidade é processar e enviar eletronicamente os arquivos aos respectivos cartórios.

Também participaram da reunião o secretário de Fazenda de São Luís, Raimundo Rodrigues; a juíza corregedora Oriana Gomes; procurador Bruno Fonseca; o procurador-chefe da Dívida Ativa do Estado, João Batista Filho; a procuradora Fiscal de São Luís, Anne Karole; e os cartorários Christian Carvalho, José Fecury Neto e Paulo Carvalho.

Sindjus-MA convida para Fórum de Debates sobre Direitos Humanos e Serviço Público

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 8 horas atrás

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (SINDJUS-MA) realizará na próxima quarta-feira, dia 10/12, em celebração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, o I FÓRUM DE DEBATES SOBRE DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO PÚBLICO, que acontecerá no auditório do Fórum de Justiça "Desembargador Sarney Costa", no Bairro do Calhau, em São Luís

As inscrições serão realizadas no local do evento e os participantes receberão certificados de emitidos pela ESMAM- Escola Superior da Magistratura do Maranhão.

Durante o seminário serão debatidos temas atuais e relevantes ligados aos direitos humanos e à atividade pública. Compõem a Comissão Organizadora do Evento os seguintes servidores: Artur Estevam, Fredson Costa, Eliandro Araujo, Igor Sérgio Lima Oliveira e Erickson.

Confira a Programação

I Fórum de Debates sobre Direitos Humanos e Serviço Público

Abertura 9 horas com autoridades convidadas.

01º - Mesa /Palestra - 10 horas com a Professora Doutora da UFMA Claudia Gonçalves Tema: O Papel do agente público na promoção dos direitos humanos.

12 às 14 horas Intervalo livre para o almoço.

02º - Mesa/Debate -14 horas: Juiz de Direito Douglas Melo Martins e Psicólogo Eliandro Araújo. Tema: Práticas de promoção dos direitos humanos no Poder Judiciário.

03º - Mesa/Palestra - 16 horas : Luís Antonio Pedrosa - Advogado e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil. Tema: Direitos Humanos e acesso à Justiça.

17:30 horas ENCERRAMENTO COM COFFE BREAK

Imperatriz - palestras marcam participação da Vara da Mulher na campanha pelo fim da violência doméstica

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 5 horas atrás

Vara da Mulher de Imperatriz - palestras na campanha pelo fim da violência doméstica

Palestras ministradas por integrantes da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Imperatriz marcaram a participação da unidade na Campanha 16 dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher, campanha internacional que tem por objetivo o combate a esse tipo de violência. A campanha teve início no dia 25 de novembro e se estende até o próximo dia 10 de dezembro.

Lei Maria da Penha, Medidas Protetivas de Urgência e Autoestima foram os temas das palestras ocorridas nos dias 27 de novembro e 02 de dezembro, respectivamente em Davinópolis e Ribeirãozinho (termos), quando cerca de 70 mulheres (Davinópolis) e 45 mulheres (Ribeirãozinho), foram esclarecidas sobre os temas. A juíza Ana Lucrecia Bezerra Sodré Reis, respondendo pela Vara da Mulher, abriu os eventos falando ao público sobre a importância da campanha.

Laço Branco - Além das palestras, a Vara da Mulher de Imperatriz atua ativamente na campanha em outras atividades desenvolvidas pelas várias instituições que participam da ação.

Nesse sábado (05), a equipe da Vara marca presença no Pit Stop que acontece a partir das 8h, na Praça Mané Garrincha (Imperatriz), quando laços brancos alusivos à campanha serão distribuídos entre homens da comunidade como forma de chamar a atenção para o objetivo dos 16 Dias de Ativismo.

A atividade faz parte da Campanha Nacional do Laço Branco Homens pelo fim da violência contra a mulher, que lembra o dia do Massacre de Mulheres de Montreal, em 06 de dezembro de 1989.

Violência e direitos humanos - Iniciada em 1991, com a participação de 130 países, a Campanha a Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres visa a estabelecer um elo simbólico entre violência contra as mulheres e direitos humanos. Não por acaso, o marco inicial da campanha coincide com o Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres. O encerramento se dá no Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de dezembro).

Caminhada pelo fim da violência contra as mulheres acontecerá no sábado (6)

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 8 horas atrás

Caminhada acontece no Dia Internacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER-TJMA) promoverá, no próximo sábado (6), às 16 horas, caminhada para chamar a atenção da comunidade sobre os índices e ações desenvolvidas pelo fim da violência contra as mulheres. A concentração dos participantes será feita no Parque Infantil da Avenida Litorânea. O evento é aberto ao público.

O evento acontece no Dia Internacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres e integra a campanha mundial 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher realizada, em mais de 150 países, de 25 de novembro a 10 de dezembro, para promover o debate e a divulgação do tema.

O objetivo é sensibilizar toda a comunidade para esse fenômeno tão cruel, assustador e crescente que está atingindo as mulheres. É um fenômeno mundial, aponta a presidente da coordenadoria, desembargadora Angela Salazar.

PROGRAMAÇÃO A programação incorpora datas importantes na luta pela não violência contra as mulheres e a defesa dos direitos humanos e será encerrada no dia 10 de dezembro, quando se comemora o Dia Internacional dos Direitos Humanos, com palestra sobre o tema, em canteiros de obras e no Sindicato dos Vigilantes.

Desde que se iniciaram as atividades, a CEMULHER está realizando palestras educativas sobre a Lei Maria da Penha, em escolas, empresas e canteiros de obras da construção civil, direcionadas ao público masculino.

Além das palestras, houve a exibição do filme A Fonte das Mulheres, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), bate-papo com o juiz Nelson Rêgo e assessores da coordenadoria.

Também foram feitas ações de mobilização com panfletagem nos principais shoppings da capital. Em 1º de dezembro, Dia Mundial de Combate a AIDS, houve palestras de conscientização, distribuição de folders, preservativos e outros materiais na Escola Municipal Rubem Almeida, no bairro Coroadinho.

Justiça em Anajatuba reliza série de julgamentos

A juíza Mirella Cezar Freitas, titular de Anajatuba, persidiu uma série de seis sessões do Tribunal do Júri na comarca. Os julgamentos ocorreram na Câmara Municipal, pois o Fórum de Anajatuba vai iniciar uma reforma na próxima semana. As sessões aconteceram nas datas de 1º, 2 e 3 de dezembro, sendo dois julgamentos por dia.

Na segunda-feira, na parte da manhã, o réu foi Carlos Santos Rodrigues Mendes, vulgo “Guri”, acusado de tentativa de homicídio praticado contra José Raimundo Moreno, em abril de 2003. Narra a denúncia que na data citada, por volta das duas horas da madrugada, em uma festa no Povoado Enseada Grande, no Município de Anajatuba, juntamente com um comparsa, Carlos tentou matar a vítima. Após luta corporal, Carlos atingiu José Raimundo por três vezes, a golpes de faca. O acusado foi absolvido pelo conselho de sentença.

Ainda na segunda, na parte da tarde, foi a vez do julgamento de Joaquim Barbosa, também pelo crime de tentativa de homicídio. As vítimas foram Domingos Dutra e João Batista Dutra. As vítimas chegaram a ser atingidas, tendo a vítima Domingos sofrido lesões corporais de natureza grave. Na fase dos debates o Ministério Público pediu a desclassificação para o delito de lesão coporal por entender que o réu não agira com intenção de matar as vítimas. Os jurados decidiram absolver o acusado das imputações.

Na terça-feira, 8 da manhã, foi submetido a julgamento o réu Domingos Oliveira, pelo fato de que no dia 20 de novembro de 2011, em uma festa no Povoado Periquito, no Município de Anajatuba, juntamente com dois comparsas, discutiu com a vítima Rogério Marinho. Ao tentar sair da festa, a vítima foi surpreendida e agredida a golpes de faca, vindo a falecer no local.

O Conselho decidiu condenar o acusado das imputações pelo delito de homicídio qualificado por recurso que impossibilitou a defesa da vítima. Ele recebeu a pena de 12 anos de reclusão, a ser cumprida no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Na parte da tarde, o julgamento foi de Wilson Carlos Campelo Rocha, que juntamente com Carlos Santos Mendes tentou matar José Raimundo Moreno a golpes de faca. Ele também foi absolvido pelo conselho de sentença.

Na quarta-feira pela manhã, ocorreu o júri de Ronaldo Neces Matos, acusado de tentativa de homicídio praticado contra Luzinete Pinheiro Everton, na localidade de São João da Mata. O crime foi em 2007, e foi motivado por vingança porque o acusado era acusado do furto de uma galinha, um rádio e uma lanterna de propriedade da vítima, que estaria espalhando no povoado que o réu era raposa e ladrão. Ronaldo só não conseguiu matar Luzinete porque a faca quebrou no primeiro golpe. Ele foi considerado culpado e recebeu a pena de 8 anos de reclusão.

Para o júri de Ronaldo Neces foi montado um forte esquema de segurança pela Polícia Militar, bem como a escolta, pois ele já cumpre pena de 27 anos de reclusão pelo crime de latrocínio. O diretor do Centro de Detenção Provisória de Chapadinha e mais seis policiais fizeram a segurança dos julgamentos.

No último júri da série, realizado na tarde de quarta-feira, o réu foi Domingos da Silva Lindoso. Ele era acusado de te assassinado Raimundo da Conceição Martins, em abril de 2012, a golpes de facão. Na fase dos debates o Ministério Público pediu a condenação do réu pelo homicídio simples. A defesa pediu a desclassificação para o

delito de lesão corporal seguida de morte.

O Conselho decidiu condenar que o acusado não teve a intenção de matar a vítima, motivo pelo qual, cessou-se a competência do tribunal do júri, passando a magistrada a julgar o réu, imediatamente, pelo delito de lesão corporal seguida de morte, oportunidade em que foi o réu condenado a uma pena de quatro anos de reclusão.